**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN**

**Resumo**

O desenvolvimento pode ser assinalado como ampliação das liberdades reais que uma pessoa desfruta, considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades orienta a ação para os fins, mais do que para os meios. Este artigo tem como objetivo discutir algumas considerações sobre o Desenvolvimento social atreladas a dimensão humana (capital econômico, capital social, capital cultural, capital humano e capital institucional) correlacionado ao IDH. A pesquisa intenciona-se ressaltar a importância dos Índice de Desenvolvimento como uma ferramenta que expõe a representação das mudanças territoriais, partindo das premissas do economista Amartya Sen. O método delineia-se como exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa. Conclui-se que deve-se olhar para os indicadores de desenvolvimento, estudá-los e refletir sobre eles, na busca das correlações entre os dados. Esse recurso apresenta-se como agente catalizador das forças de transformação da realidade.

**Palavras-chave**: Desenvolvimento; Índice de Desenvolvimento humano; Sen, Amartya Kumar.

**ABSTRACT**

Development can be seen as an extension of the real freedoms that a person enjoys, considering development as an expansion of freedoms guides action towards ends rather than means. This article aims to discuss some considerations on social development linked to the human dimension (economic capital, social capital, cultural capital, human capital and institutional capital) correlated to the HDI. The research intends to emphasize the importance of the Development Indexes as a tool that exposes the representation of territorial changes, starting from the premises of the economist Amartya Sen. The method is delineated as exploratory, descriptive, with a qualitative approach. It is concluded that one must look at the development indicators, study them and reflect on them, in the search for correlations between the data. This resource presents itself as a catalyst for the forces that transform reality.

**Keywords:** Development; Human development Index; Sen, Amartya Kumar.

1. INTRODUÇÃO

A definição de desenvolvimento ainda que bastante disseminada, é alvo de muitos debates acadêmicos, aborda-se nesta seção, alguns conceitos sobre desenvolvimento que considera-se relevante à compreensão do temática estudada, destacando a reflexão sobre o processo de construção do conceito de desenvolvimento na sociedade contemporânea, referencia-se o estudo de Amartya Kumar Sen, pois na perspectiva desse economista, o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhora de vida dos indivíduos e das liberdades que estes usufruem, permitindo uma vivência mais integra em sociedade, influenciando e interagindo com o mundo.

Sen (1999), busca a definição do desenvolvimento como crescimento econômico a partir da aquisição, enfatizando que esse desenvolvimento se pauta no fator de obtenção de riquezas, mas não no sentido restrito de aquisição de posses, mas na conquistas da liberdade de atender aos desejos e associa-los ao comprometimento social. Com um olhar sob a perspectiva social, o autor, destaca que a interação entre a comunidade pode facilitar o crescimento econômico, contribuindo para satisfação das necessidades coletivas, como vistas a um bem comum.

Segundo Santos et al. (2012) o desenvolvimento vem sendo historicamente construído respaldado em três pilares: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socio-ambiental.

De acordo com o programa das nações Unidas para o Desenvolvimento, no *Human Development Report* (UNDP, 1990), em sua contribuição o PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), criado em 1965 por meio de resolução do conselho Econômico e Social das Nações Unidas, tem como foco de trabalho o combate à pobreza e o desenvolvimento humano, estando representado em 166 países do mundo.

Colaborando com a sociedade civil e iniciativa privada, introduziu universalmente o conceito de Desenvolvimento humano, partindo do pressuposto que o avanço na qualidade de vida da sociedade, vai além da perspectiva econômica, abrange uma dimensão ampliada, considerando características culturais e politicas como fatores relevantes ao desenvolvimento e consequentemente envolvendo as dimensões básicas como renda, saúde e educação. (UNDP, 2005)

Santos (2012) destaca que o desenvolvimento tem suas raízes na ciência econômica, porém possui laços com as dimensões política, social e ambiental. Não pode ser visto de forma fragmentada, considerando que essas dimensões estão presente na sociedade e se relacionam simultaneamente.

Cabe salientar que para Santos et al. (2012), o *desenvolvimento* adquiriu o significado de autoconhecimento, cujo objetivo é implantar ações que motivem os sujeitos a movimentar-se em direção a um processo de mudança que faça “evoluir” a sociedade para um estado superior.

Na busca da melhoria da qualidade de vida da população, os governos há anos, tentam conhecer, avaliar e superar as dificuldades sociais. É histórico o trajeto percorrido pelos governantes para obtenção de dados numéricos, objetivando mensurar o modo de viver da sociedade, os antigos egípcios, em tempos remotos tentavam medir os dados, fazendo recenciamentos, os gregos, os romanos e os sérvios também realizaram seus estudos com objetivo de levantar dados quantitativos dos habitantes, com a intenção de cobrança de impostos. (MEMORIA.IBGE,2015).

Silva (2016), em seus estudos relacionados a essa temática, observa que as informações geradas podem ser utilizadas não só para os movimentos econômicos financeiros, mas também para o planejamento de políticas de desenvolvimento.

Portanto, por meio do censo e outras pesquisas sociais os governos passaram a apropriar-se das fragilidades da população, com oportunidade de direcionar os investimentos, incentivar o crescimento econômico e distribuir equitativamente as receitas, com condições de aplicar adequadamente a verba arrecada em saúde, educação, habitação e transportes. Nesta perspectiva, Santos et al (2012) destaca o desenvolvimento como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma sociedade avançada, os autores entendem que “Desenvolver” é sinônimo de acumular para depois distribuir.

Em seus estudos, Sobrinho (2008) traz discussões acerca do desenvolvimento econômico das nações, e consequentemente destaca a importância da preservação ambiental. Desde 1972 na Conferência de Estocolmo a relação desenvolvimento/meio ambiente está na pauta da ONU (Organização das Nações Unidas), bem como de seus países membros. Em 1982, a pedido da Assembleia Geral da ONU, criou-se uma comissão para refletir sobre os problemas ambientais: a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Dentro desse contexto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece em 1987 com o Relatório Brundtland - ou *Nosso Futuro Comum.*

Sobrinho (2008) ressalta que o Relatório Brundtland (1987), a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, estabeleceu “novas formas” de encarar o desenvolvimento econômico e define o desenvolvimento sustentável como aquele que “satisfaz as necessidades da atual geração sem, contudo, prejudicar as necessidades das gerações futuras”. O autor defende a distribuição das riquezas como forma de desenvolvimento global e enfatiza a necessidade de um acordo entre as posições antagônicas dos países ricos e pobres.

Desde então, a ONU realiza conferências para debater questões, como desenvolvimento e meio ambiente, e ao mesmo tempo procurar soluções para os principais impactos ambientais globais.

A década de 1990 foi marcada por uma série de debates retratando o desenvolvimento sustentável. Sobrinho (2008), destaca que na ONU durante as conferências discutiu-se sobre as questões ambientais, retratando a necessidade de conhecer melhor os aspectos do desenvolvimento sustentável e seu impacto ambiental, elegeram novas maneiras de pensar para atingir novos objetivos, criaram novos índices e apontaram quadros indicadores e metodologias, cuja finalidade objetivava a manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinham como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento.

Steitenfus (2000) destaca que, desde sua criação, a ONU sempre esteve empenhada em: promover o crescimento e melhora da qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

Corroborando com esse cenário, para Sen (2003), é certo que o lançamento do IDH teve grande importância para rivalizar o uso exclusivo do Produto Nacional Produto (PNB) e também para chamar a atenção do público para todas as outras variáveis que são analisadas nos Relatórios de Desenvolvimento Humano.

O estudo foi conduzido no sentido de responder à questão: qual a contribuição dos índices de desenvolvimento humano para processo de crescimento das cidades? Apresenta como objetivo central discutir algumas considerações sobre o Desenvolvimento social atreladas a dimensão humana (capital econômico, capital social, capital cultural, capital humano e capital institucional) correlacionado ao IDH.

* 1. Desenvolvimento, Liberdade e Qualidade de Vida

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano foi lançado em Londres no dia 24 de maio de 1990 (Haq, 1995, p. 26). De acordo com este documento, o objetivo do desenvolvimento deveria ser criação de um ambiente no qual as pessoas possam viver uma vida longa, saudável, criativa e feliz (UNDP, 1990, p. 9). Desta forma, o desenvolvimento humano pode ser definido como um processo de aumentar as escolhas possíveis das pessoas.

É nesse sentido que o relatório propõe o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um índice para captar o paradigma do desenvolvimento humano. Ele é formado por 3 elementos essenciais: a) longevidade (utiliza-se aqui o indicador de expectativa de vida ao nascer); b) conhecimento (inicialmente somente a taxa de alfabetização era utilizada. A partir do relatório de 1991 passou a ser medido por duas variáveis, sendo dado um peso de 2/3 à taxa de alfabetização e um peso de 1/3 para a média dos anos de escolaridade); c) padrão de vida (dada a dificuldade de indicadores para este componente, aqui é utilizado o PIB per capita, ajustado pela Paridade do Poder de Compra (UNDP, 1990, p. 11-12):

O lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano, embora contando com equipe numerosa, é considerado fruto de grande esforço e da liderança do economista paquistanês Mahbub ul Haq. Diversos autores destacam seu papel de protagonista, tal como Sen (2000, p. 93) e outros.

Da mesma forma, o relatório indica a inexistência de ligação automática entre o crescimento na renda e o progresso humano. Assim, os autores consideram o crescimento econômico como essencial para o desenvolvimento humano.

Contudo, para Sen (2000), é necessário, garantir a liberdade básica de sobrevivência, muitas vezes negadas, onde resultam em fomes coletivas, na subnutrição, falta de saneamento básico ou acesso água tratada, aspectos esses relevantes à sobrevivência saudável do homem como ser humano. A falta de liberdade básica resulta em morbidez desnecessária e na mortalidade prematura.

Outro fator relevante apontado por Sen, é a desigualdade entre homem e mulher, que resulta na insegurança econômica e privação de direitos políticos e civis. De acordo com Sen (2000), a democracia efetiva-se da valia de oportunidades igualitárias, onde não ocorra a desigualdade, a discriminação.

 O autor se apoia na liberdade instrumental e contextualizada, ele se opõe a ideia de privação de direitos, utilizados principalmente em governos autoritários. Amartya Sen (2000) afirma que as liberdades instrumentais podem contribuir direta ou indiretamente para liberdade globalizada, onde as pessoas têm o que precisam para viver como desejariam e enumera cinco liberdades instrumentais.

 A primeira liberdade destaca-se as **Liberdades políticas,** incluem os direitos civis e referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, sem censura e com liberdade de expressão.

A segunda, **Facilidades econômicas,** são as oportunidades individuais para utilizar os recursos econômicos com propósito de consumo, produção ou troca. Quanto mais um país se desenvolve economicamente, mais aumenta o poder econômico da população.

A terceira apresenta-se como **Oportunidades sociais,** é a disponibilidade de acesso a serviços de saúde, de educação e a outros serviços que possibilitem a liberdade do indivíduo viver melhor. São também as oportunidades de participação em atividades políticas e econômicas que indivíduos saudáveis, alfabetizados, que possam ler notícias em jornais e que se comuniquem por escrito, inclusive para se envolver em questões políticas com outros indivíduos.

Dando seguimento, retrata-se a quarta liberdade, a **Garantia de transparência,** referem-se às necessidades de sinceridade que uma pessoa pode esperar à liberdade de lidar com outras pessoas com garantias de dessegredo e clareza. Estas liberdades podem inibir a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas.

E finalizando, a quinta liberdade, **Segurança protetora,** uma rede de segurança inclui disposições institucionais fixas que apoie desempregados e indigentes, com renda suplementar e distribuição de alimentos visando à redução da miséria, da fome e da morte. (SEN, 2000).

Os conceitos de Sen vão ao encontro do repensar do desenvolvimento de uma sociedade, consequentemente, a ONU reconhecendo a relevância dos estudos adota tais conceitos como novos parâmetros para medir o desenvolvimento.

O desenvolvimento é um processo que envolve fundamentalmente a condição de agente ativo nas pessoas. Para Sen, agente é todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com sua ação livre e racional. Destaca-se que para o economista, um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos. Contudo, a análise de Sen volta-se para o que devem ser os verdadeiros fins do desenvolvimento: as próprias pessoas.

Compreender os contextos sociais, suas inter-relações, interações e contribuições para o desenvolvimento humano é fator fundamental para que possamos desenvolver práticas que facilitem o crescimento e os processos de troca entre a pessoa e os ambientes aos quais ela está inserida.

Neste cenário, destaca-se as relações que podem contribuir ou interferir na promoção do desenvolvimento humano, enfatizando suas implicações nos processos evolutivos da sociedade, a escola e a família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas. Compreender como estes contextos funcionam as influências que sofrem e exercem nos indivíduos é fundamental na sociedade atual (Silva et al,2011).

Sen e Haq (1995), visando preencher lacunas para captar de forma mais eficaz a complexidade que envolve as variáveis do desenvolvimento humano, em 1993 desenvolvem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice de desenvolvimento Municipal (IDHM) foi então um ajuste metodológico ao IDH, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo 1970, 1980, 1991) . O indicador pode ser consultado no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre os municípios.

O IDHM é composto por 3 importantes dimensões, a oportunidade de viver uma vida longa e saudável , de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta a necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda.

Na perspectiva de Sen (2010), a trajetória para o desenvolvimento deve se dar com ampliação das liberdades econômicas, sociais e políticas.

Quando trata-se de saúde, essa dimensão nos remete a uma vida saudável. Contudo, a vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer calculada por método indireto a partir de dados dos censos demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantendo o mesmo padrão de mortalidade observados no ano de referência.

De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados (SEAD - portal Estatístico do Estado de São Paulo), os indicadores do índice Paulista de Responsabilidade social (IPRS), sintetizam a situação de cada município no que se refere a riqueza escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipografia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos , conforme perfil de cada município, equiparando aos aspectos: Dinâmicos, Desiguais, Equitativos, Em transição e Vulneráveis.

Sen (2000), destaca que o índice estabelece um exame sistemático com riqueza de informações sobre como os seres humanos vivem em sociedade e, não simplesmente concentrar-se em uma única medida do processo econômico, como o PIB *per capita.*

Porém, Sen (2010) alerta que a confusão que ocorre em considerar a renda como indicador do desenvolvimento é a mesma que ocorre entre a diferenciação dos meios e dos fins. Em suma, o autor considera que o objetivo fim para o desenvolvimento não é a obtenção de maior de maior renda à população, mas a remoção das principais fontes de privação, tais como pobreza, a carência de oportunidade econômica, a negligência de serviço público, fatores impactam no bem -estar da vida em sociedade.

Sen (1994) aponta que a partir dos relatórios do programa das nações Unidas para o Desenvolvimento, no *Human Development Report* (UNDP,1990), consta que abordagem concentra -se num conjunto de bens e serviços que a população que sofre de privações precisa, constituída de alimentos, abrigo, roupas, agua potável, e serviços básicos de saúde e educação. Para os autores, uma diferenciação precisa ser considerada entre os meios e os fins do desenvolvimento, as pessoas são os fins reais de todas as atividades e o desenvolvimento deve ser centrado na melhoria das suas relações, liberdades e qualificação.

Quando se trata de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) ajusta-se o IDH a realidade dos municípios e reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil.

O PNUD (2014) destaca, que o relatório do desenvolvimento nos oferece informações como ferramenta para todos, governos e cidadãos, apresentam dados e análises relevantes à agenda global e abordam questões e política públicas. Furtado (1988) ressalta que o desenvolvimento deve ser visto como uma força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma sociedade avançada.

1. METODOLOGIA

O método delineia-se como exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, orientado por uma pesquisa bibliográfica e documental.

Recorreu-se ao levantamento de artigos, com a finalidade de melhor compreender a temática *Desenvolvimento Humano*, na forma de revisão de literatura. Com a intenção de contextualizar a temática estudada, além de consulta a livros e documentos legais, também realizou-se uma pesquisa nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da *Scientific Electronic Library Online* **(**SciELO), considerado o período de publicação entre dois mil e dez (2010) e dois mil e dezenove (2019).

Segundo Creswell (2010) a revisão de literatura tem vários objetivos, entre eles o de fornecer uma estrutura para estabelecer a importância do estudo e um indicador para comparar os resultados de um estudo com outros resultados.

Esse estudo está fundamentado nas teorias de Amartya Sen para discutir algumas considerações sobre o Desenvolvimento, tece uma análise sobre indicadores de desenvolvimento humano considerando as dimensões econômicas, sociais, humana e institucional.

Apresenta como referência empírica o município de Taubaté pertencente a Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista.

1. Resultados e discussão

Esta investigação se insere no campo do desenvolvimento, portanto é inevitável apresentar a área de realização da pesquisa sob um olhar do desenvolvimento da cidade.

O município de Taubaté, faz parte das cidades da  Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista, constituída por 39 municípios (EMPLASA, 2015), Taubaté, está localizada no eixo São Paulo – Rio de Janeiro. Considera-se sua disposição geográfica privilegiada pelo fato de ser percorrida pela rodovia Presidente Dutra, que liga essas duas grandes capitais (ARRUDA, 2013).

Segundo Arruda (2013), as cidades localizadas próximas à rodovia tiveram movimento de industrialização e de urbanização a partir das décadas de 1960 e 1970, enquanto os municípios localizados nas encostas das serras do Mar e da Mantiqueira permaneceram vinculados ao setor primário da economia, registrando constante êxodo rural.

Por sua localização estratégica, a região tem papel importante no escoamento da produção industrial, visto que apresenta um parque industrial com presença de empresas importantes dos setores automobilístico, aeroespacial, petrolífero e farmacêutico.

Possui um polo científico e tecnológico, reunindo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA (EMPLASA, 2015).

A cidade traz no percurso do tempo um legado histórico, em meados do século XIX, destacou-se como centro produtor de café, com 86 fazendas produtoras. Em consequência da grande produção e comércio de café, Taubaté enriqueceu-se e desenvolveu-se com muita rapidez. Com a fundação da Companhia Taubaté Industrial (CTI), pelo então empresário Felix Guisard Taubaté foi pioneiro no Vale Paraíba no quesito industrial, no século XIX, em 1891 (SOTO,1996).

Na década de 70, chegam novas indústrias, com destaque as do ramo automobilístico, o município foi considerado o segundo maior polo industrial e comercial. Com a chegada das indústrias na região e consequentemente o avanço do comércio, consolida o início da modernidade, implantando grande desafio para desenvolvimento no contexto social.

Segundo Vieira (2016), ao desenvolvimento regional compete às relações sociais e econômicas e tem como espaço uma determinada região, levando-se em conta suas características geográficas, históricas e culturais o que exige a necessidade da definição de região. Tem-se em região é um espaço dinâmico onde transita sentimentos de pertencimento.

No município de Taubaté há 278.686 habitantes, em uma área de 625.003 km2, ocupando a vigésima terceira posição dentre os municípios mais populosos do interior de São Paulo (IBGE, 2015a).

Os dados do CENSO (2010), demonstram um aumento relevante da população, no censo 2010 a população era de 278.686 habitantes passando para uma de 314.924 habitantes, estimativa do censo 2019, que resulta em um crescimento populacional de 1,43% ao ano.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015), o município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 0,800 (IDHM entre 0,800 e 1), situando-se, assim, na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto, ocupando a 40ª posição, entre os municípios brasileiros.

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade com índice de 0,883, seguida da Renda, com índice de 0,778, e de Educação, com índice de 0,746.

De acordo com o PNUD (2013) o conceito de desenvolvimento considera que a estimativa de qualidade de vida determina que a população deva ir além do viés econômico. Houve um acréscimo significativo de 1991 para 2010, o IDHM do município passou de 0,600 em 1991, para 0,800 em 2010, principalmente pela alta taxa de acréscimo da Educação.

De 1991 a 2010 apresenta aumento gradativo e constante da longevidade. Contudo a renda apresenta uma diferença de apenas 0,017% de 2000 para 2010, comparado com o período de 1991 para 2000 que a diferença foi de 0,060.

 Os dados do FIRJAN (2016), no ano de 2016 Taubaté atingiu a pontuação igual a 0,8042 o que qualifica o município com alto desenvolvimento. Com esse índice o município aparece em 385º no ranking nacional e entre os municípios paulistas em 167º posição.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda sociedade se beneficia das informações cadastrais para direcionar seu desenvolvimento e conhecer melhor sua a população, esses fatores possibilitam identificar as necessidades e planejar políticas públicas mais eficazes, tornando-se possível solucionar problemas regionais específicos, considerando as diversidades de cada local.

A qualidade de vida se entrelaça com o desenvolvimento sustentável e bem-estar em diversos aspectos, ela está ligada a promoção de saúde e se relaciona não só ao sujeito, mas principalmente ao meio em que ele está inserido.

 Conclui-se que à medida que a qualidade de vida aumenta, amplia-se também o desenvolvimento de uma região. Portanto, deve-se olhar para os indicadores de desenvolvimento, estudá-los e refletir sobre eles, na busca das correlações entre os dados.

 Esse recurso apresenta-se como agente catalizador das forças de transformação da realidade, contribui para promover a discussão sobre questões relevantes de nossa sociedade, como a pobreza, a exclusão social, educação, saúde e outros segmentos essenciais para pensar a coletividade.

Para consolidar o desenvolvimento regional é necessário a participação de toda sociedade, como destacado por Amartya Sen, é essencial preocupar-se com o desenvolvimento decorrente, buscar a liberdade e a condição de agentes sociais participativos.

 Os indicadores nos apontam fragilidades e avanços, nos amplia a visão para um desenvolvimento consciente, a fusão das análises socioeconômicas nos permite consolidar conceitos de desenvolvimento, que efetivamente implica em transformação estruturais fundidas na coletividade, composta por conhecimento, o que oportuniza idealizar soluções.

**REFERÊNCIAS**

ARRUDA, F.G *Região Metropolitana do Vale do Paraíba do Sul Paulista e Litoral Norte: melhorias ou continuação e uma mesma política pública?* Revista GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1277-1289, 2013.

BRASIL. *ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL*. RM Vale do Paraíba e Litoral Norte. 2015. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas>. Acesso em 01 de junho de 2020.

EMPLASA *Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte*. São Paulo, 2019.Disponível em http:p//www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN \_vale.pdf. Acesso em 3 de junho de 2020.

HAQ, M. Ul. *Reflections on human development.* New York: Oxford University Press, 1995.

 Disponível em: <https://global.oup.com/academic/product/reflections-on-human-development-9780195101935?cc=br&lang=en&> . Acesso em 01 junho de 2020.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2015**.** Disponível em http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=355410&search=sao-paulo%7Ctaubate%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio. Acesso em 01 de maio de 2020.

PNUD. ***Relatório do Desenvolvimento Humano 2005***. Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2005.

\_\_\_\_\_\_. *Relatório do Desenvolvimento Humano - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência.*2014. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf Acesso em 10 de maio de 2020

\_\_\_\_\_\_ *Como colocar o comércio global a serviço da população*. Brasília: Ipea, 2004.

SANTOS, E.L. et al. *Desenvolvimento: um conceito Multidimensional*. Faro-Alvarge, PT: DRd- Desenvolvimento Regional em Debate, 2012.Pg 633-645

SEN, A. K***. Sobre Ética e Economia***. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_\_ *Desenvolvimento como liberdade***.** São Paulo: Companhia das

Letras, 2000.

\_\_\_\_\_\_ *Development as capability expansion*. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; KUMAR, A. K. Shiva (Ed.). *Readings in human development*: concepts, measures and policies for a development paradigm. New Delhi: Oxford University Press, 2003a. p. 3-16

\_\_\_\_\_\_ *As pessoas em primeiro lugar*. São Paulo: Companhia das Letras,2010.

SEITENFUS, R. ***Manual das Organizações Internacionais***. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

SILVA, R.L.S. *Juventude e Desenvolvimento*. Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo,2016.

SOBRINHO, C. A. *Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland***.** Marilia: Universidade Estadual Paulista,2008.

SOTO, M.C.M. *Industria e Transformação Urbanas*: Taubaté 1891/1942. São paulo: revistade História. USP/São Paulo, 1996.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP*. Human Development Report.* New York: Oxford University Press, 1990. [ Links ]

VIEIRA, E. T. et al. *Economia criativa e o desenvolvimento no município de Taubaté-sp*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional Taubaté, São Paulo, 2016.